Jornal da apubh
Informativo do Sindicato dos Docentes de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros
Ano 4 - Nº 10 - Julho de 2007

Uma Vitória, Novos Horizontes

Impresso Especial
7317841705/DR/MG
A.P.U.B.H
Correios

Devolução Garantida
Correios



Expansão de Vagas nas Ifes é Tema de Seminário

Páginas 4 e 5

Pedra Azul Uma Riqueza de Minas

Página 8

foto: Zé Du



Para frente é que se anda

Não é de hoje que os professores das universidades federais sentem a necessidade de organização própria para encaminhar suas lutas específicas. Esse sentimento cresceu na última década, quando o movimento docente nacional passou a sofrer uma paralisia, como se nenhum problema afetasse a Universidade e a vida dos docentes.

Um dos fatores que levaram à relativa inércia do movimento docente foi o distanciamento dos professores da sua entidade nacional - a Andes. Isto, devido à política implementada por sua diretoria, apoiada em seu projeto político-sindical, e centralizado em questões gerais, sem tratar em profundidade das questões relativas à Universidade, menos ainda as referentes às universidades públicas. Esta postura perde-se num emaranhado de interesses imediatos dos professores das instituições públicas e privadas e é incapaz de tratar das especificidades. Além disso, a diretoria da Andes tem se posicionado sempre contra qualquer proposta do governo, qualquer governo. Por isso não discute, nem negocia propostas de interesse dos professores.

Com a criação do Proifes, fórum que engloba os professores das federais, o movimento tomou certo fôlego, principalmente na campanha salarial de 2006.

O atual momento político é difícil para o movimento sindical, com muitas ameaças aos direitos dos trabalhadores, sobretudo os do serviço público. Exemplos são o PLP 01/07, que congela os salários por dez anos; a regulamentação da lei de greve e da previdência complementar, além das reformas trabalhista e sindical.

Mas é também e, talvez, por isso, o momento em que as mais diversas categorias de trabalhadores têm se organizado e encaminhado suas lutas, através de manifestações de rua e outras, em todo o país.

Neste quadro, os professores das Ifes, levam à frente o propósito de buscar um novo modelo de organização, em substituição àquele do sindicato nacional, que já se esgotou. Começou já a criação dos sindicatos locais, mais próximos do cotidiano dos professores para, a partir deles, criar a organização nacional de cunho federativo, que possa encaminhar a luta em defesa do desenvolvimento das universidades federais e das condições de trabalho de seus docentes.

Na UFMG, os professores atenderam ao chamado de sua entidade e aprovaram a criação do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros. Para nós, foi fundamental dar esse primeiro passo para a organização dos professores das Ifes, já há muito tempo proposto pelos professores da UFMG.

30 anos APUBH

Sindicato dos Docentes de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - Apubh
Gestão 2006-2008

Rua Arthur Itabiarano 70. São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1303 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva • **Presidente:** Robson Mendes Matos **1º Vice-presidente:** Giovane Azevedo **2º Vice-presidente:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues **Secretário-geral:** José Lopes de Siqueira Neto **Vice-secretário-geral:** Débora Torres Mendes de Oliveira **Diretor de Finanças:** José Eduardo Borges Moreira **Vice-diretor de Finanças:** Armando Gil Magalhães Neves **1º Suplente:** Bruno Rabelo Versiani **2º Suplente:** Janetti Nogueira de Francisch

Diretorias Setoriais • **Política Educacional:** Paulo Roberto Antunes Aranha, Flavio Orlando Plentz Filho, Geová José Madeira, Adriana Campos Silva, José Luiz Borges Horta **Ciência e Tecnologia:** Ione Maria Ferreira Oliveira **Política de Ensino Básico e Profissional:** Myriam Tavares Pereira, Cleber Paulo Verdolim **Diretoria de Política Cultural:** Fernando Antônio de Melo, Ivana Versiani Galery **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco, Maria Aparecida Moura **Hospitais Universitários:** Rosangela Camusca Alvim, Mauro Ivan Salgado, Maria Aparecida Martins, Itamar Tatuhy Sardinha Pinto **Política Sindical:** Eglea Maria da Cunha Melo, Paulo Marcos Ferreira

Jornal da APUBH

Comissão Editorial: Robson Mendes Matos, Otávia Fernandes Souza Rodrigues, José Lopes de Siqueira Neto, José Eduardo Borges Moreira, Dalmir Francisco, Fernando Antonio de Melo. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-1469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP MG 02697 JP/InterComunicação – 31-3223-0736 – intercom.bh@terra.com.br **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes. **Editoração e Ilustrações:** Daniel Gomes

Professores da UFMG *tomaram decisão histórica*

No dia 10 de junho, docentes reunidos em assembléia aprovaram a transformação da Apubh em sindicato. A decisão é inédita no país.

Bastaram exatos dez minutos para os professores da UFMG aprovarem, por votação direta, a proposta da diretoria da Apubh para transformar a entidade em sindicato. A aprovação ocorreu em Assembléia Geral Extraordinária – AGE do dia 10 de maio, no auditório do ICB, campus da Pampulha.

A rara agilidade desta decisão, praticamente unânime – 121 votos favoráveis, apenas quatro contrários e uma abstenção, resultou do esforço da diretoria da Apubh em mostrar aos docentes da UFMG a necessidade, a importância e as vantagens de serem filiados a um sindicato, se comparada à histórica representatividade de uma associação.

O movimento teve início em março de 2005 pela atual diretoria da Apubh, com a convocação de uma AGE para discutir o assunto. A partir deste momento, outras assembléias foram convocadas, todas sem obter o quorum mínimo necessário para a votação da proposta. No entanto, foram primordiais para o início do processo de esclarecimento dos docentes em relação ao tema, que culminou com a AGE de dez de maio.

Dia D – A partir das 10:30 horas da manhã da quinta-feira, 10 de maio, dois dias após outra AGE sem quorum, em primeira chamada, a movimentação na entrada do auditório do ICB já se mostrava distinta das assembléias anteriores. A chegada contínua de professores ativos e aposentados ao local, com semblantes decididos a votar a proposta da diretoria da Apubh, era, enfim, sinal claro da possibilidade concreta para a transformação da entidade em sindicato.

A abertura oficial da AGE pelo presidente da Apubh, Robson Matos, às 11:50 horas, foi marcada pela aprovação imediata de uma sugestão do plenário para a votação direta da proposta, sem a necessidade de novo detalhamento e considerações pelos presentes. Este foi um momento crucial da assembléia, pois evitou discussões desnecessárias a respeito de um tema já amplamente do conhecimento dos professores da UFMG.

Às 12:00 horas, de uma forma bastante ágil e sob intensa manifestação dos docentes presentes, foi finalmente aprovada a transformação da Apubh em sindicato, numa decisão inédita dentre as associações de docentes do país.

Estatuto

Após a recontagem e confirmação dos votos, foi considerada sem respaldo legal pelo advogado da Apubh, Italo Nicoliello, a proposta dos docentes para aprovação do estatuto do novo sindicato por meio eletrônico. Esta proposta foi apresentada e discutida diante das dificuldades de ordem prática para a obtenção de um novo quorum em mais uma AGE, além da necessidade de um tempo excessivamente longo para discussão de cada item do estatuto do sindicato.

A solução legal sugerida pelo advogado foi a aprovação em bloco do estatuto, durante a própria AGE do dia 10 de maio, o que ocorreu às 12:50 horas, em mais uma demonstração de agilidade e objetividade dos professores. Assim, a confirmação do estatuto seria seguida pela votação de modificações por meio eletrônico, o que deveria ocorrer no prazo de uma semana, a contar de 10 de maio. As mudanças estariam sujeitas ao quorum mínimo de 10% do total de associados e a uma votação de 2/3 de cada sugestão recebida pela diretoria da Apubh – ver detalhes das propostas na página da Apubh na internet – www.apubh.org.br

Alterações

A votação eletrônica para analisar as propostas de modificação do estatuto do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros apresentou mais de 10% dos afiliados em todos os destaques. Apenas o quarto destaque não atingiu o mínimo de 2/3 dos participantes; por isso, não foi aprovado. Pelos estudos iniciais dos advogados, a primeira modificação não poderá ser efetivada, uma vez que pensionistas não podem se filiar a sindicatos.

Veja a seguir o resultado resumido da votação:

	Dest. 1	%	Dest. 2	%	Dest. 3	%	Dest. 4	%	Dest. 5	%
Abstenção	37	11,9%	44	14,8%	37	12,6%	30	10,3%	18	6,2%
Concordo	219	70,6%	222	74,5%	211	71,8%	188	64,6%	260	89,7%
Discordo	54	17,4%	32	10,7%	46	15,6%	73	25,1%	12	4,1%
Total	310		298		294		291		290	

Sindicato empossa diretoria

A autonomia administrativa da Apubh, a proximidade com a base e a possibilidade de ações políticas e jurídicas beneficiarem toda a categoria de professores da UFMG são as principais vantagens da transformação da Apubh em sindicato. Estes benefícios foram destacados pelo presidente da entidade, Robson Mendes Matos, na abertura da solenidade de posse da diretoria do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, na noite do dia 25 de junho, no auditório da Reitoria da UFMG.

A posse dos diretores da Apubh foi realizada no dia da comemoração dos 30 anos de fundação da entidade e após o encerramento do seminário "Expansão do Ensino Superior". A solenidade foi marcada pela bela apresentação do Hino Nacional pelo clarinetista e ex-aluno do Coltec, Roney Eduardo Lino, e pelas presenças de professores e do ex-reitor da UFMG, professor Aluísio Pimenta, e do reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Monteiro de Almeida Filho.

– A transformação da Apubh em sindicato é uma vitória importante dos professores da UFMG, depois de a entidade se manter por muitos anos, contra a vontade de muitos docentes, como uma seção sindical da Andes. Esta relação estava desgastada e superada. Agora, a Apubh terá autonomia para agir em benefício dos docentes, seja em negociações políticas junto à reitoria, seja em Brasília, junto ao Mec, seja na esfera judicial, disse Robson Matos.

Qualidade é essencial *para a expansão das Ifes*

Seminário realizado pela Apubh teve diferentes pontos de vista sobre expansão de vagas e enfatizou qualidade



fotos: Zé Du

Da esquerda para a direita. Gustavo Balduíno, Robson Matos e Ronaldo Pena, reitor da UFMG

Nas comemorações dos 30 anos de fundação da Apubh, o seminário "A Expansão do Ensino Superior", promovido pela diretoria da entidade, no auditório da Reitoria da UFMG, no dia 25 de junho, deu oportunidade para se conhecer diferentes propostas para a expansão de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes.

A expansão das universidades foi proposta pelo governo federal por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni que, pos sua vez, se insere no Plano de Desenvolvimento da Educação. O projeto concede às reitorias liberdade para aderirem ao Reuni, mas a tendência da grande maioria é adotá-lo e sugerir alterações pontuais no programa, em função das distintas realidades de cada unidade.

Pelo Reuni, o Mec acena com a promessa de aumentar em 20% as dotações orçamentárias das universidades, caso elevem em 50% suas vagas. Em contrapartida, deverão aumentar para 1/18 a relação docente/aluno em cursos presenciais de graduação e ainda a taxa anual de diplomação de alunos para 90% do total de ingressos.

Qualidade

- A diretoria da Apubh entende que a expansão das Ifes é extremamente necessária, mas de nada adianta expandir vagas sem, no mínimo, manter a qualidade atual das instituições é a permanência de alunos, disse o presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, Robson Mendes Matos, durante a abertura do seminário. Em sua opinião, o fato de mais de 70% das matrículas de cursos superiores do país estar em mãos das faculdades privadas é outra situação que justifica a expansão das Ifes. "É preciso reverter esta realidade".

O reitor da UFMG, Ronaldo Pena, considerou significativa a parcela de R$ 85 milhões que poderá ser somada ao orçamento anual da universidade, em caso de aumento de 50% das vagas na graduação. Ele manifestou a intenção de propor ao Mec a inclusão dos pós-graduandos no cálculo que irá compor o indicador da relação professor/aluno. "A UFMG tem uma relação de 9,5 alunos/docente na graduação, mas poderá elevar a relação para 12,5 com os pós-graduandos".

Já na opinião de Robson Mendes Matos, este recurso, além de ir contra os interesses dos docentes, pode também comprometer o desempenho da pesquisa dos pós-graduandos, além de significar mão-de-obra de baixo custo e colocar em risco a qualidade do ensino.

Ronaldo Pena disse ainda pretender integrar "em quantidade apreciável" alunos de pós-graduação no processo de ensino e aprendizagem da graduação. Esta alternativa também, segundo ele, poderia ser estendida a pós-graduação, com a utilização "em larga escala" de alunos de mestrado e doutorado.

Expansão permanente

O secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduíno, afirmou durante o seminário que a expansão das Ifes deve ser entendida como um processo dinâmico, que trará uma excelente relação custo-benefício para a soberania do país, em termos de conhecimento científico. Segundo ele, o Reuni deve ser mais debatido, pois está em jogo o futuro das universidades públicas.

Gustavo Balduíno alertou ainda para a importância de se estar atento à qualidade do ensino médio, pois é dele que saem alunos para os cursos superiores. "O ensino médio é um dos maiores problemas da educação no Brasil. Por, isso, deve estar atrelado à discussão do Reuni".

Inovação

Universidade Nova é nome do projeto de reforma universitária da década de 60, proposto pelo educador Anísio Teixeira, mas abortado pelo golpe militar de 64. Em implantação na Universidade Federal da Bahia - UFBA, a partir do Reuni, o projeto foi apresentado pelo reitor da instituição, Naomar de Almeida Filho. "As discussões na UFBA começaram em agosto de 2006 e caminhamos para sua implantação".

A Universidade Nova se estrutura em três ciclos. O primeiro, de bacharelado interdisciplinar, dura três anos, e contém disciplinas humanísticas, artísticas, de tecnologias e ciências da matéria, além da vida e da saúde, da sociedade e sociais aplicadas. Com o diploma de bacharel em área geral de conhecimento, o aluno pode enfrentar o mercado de trabalho ou prosseguir os estudos em áreas profissionais. O tempo varia de um a dois anos, no caso de níveis básicos de educação, e de dois a cinco anos, no de cursos profissionais.

Na opinião do reitor da UFBA, o atual modelo universitário brasileiro é arcaico, pois data de 200 anos. "Ele tem uma concepção linear bastante fragmentada e defeitos intrínsecos, como a precocidade para a escolha profissional, que explica parcela significativa da evasão; um processo limitado e traumático de seleção pelo vestibular e conselhos corporativos submissos ao mercado".

Em sua opinião, é preciso implantar uma nova cultura de Universidade brasileira, com a substituição dos vestibulares por teste geral de capacidade e potencial. Somente Brasil, México, Rússia e Turquia adotam este modelo em todo o mundo".

Não vamos pagar o PAC

Por trás de uma proposta nacional de investimento, esconde-se uma armadilha para os servidores públicos federais

Um dos assuntos preferidos no Brasil na atualidade é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, elaborado pelo Governo Federal e enviado ao Congresso na forma de medidas provisórias e projetos de lei. O programa visa a retomada dos investimentos em infra-estrutura e cria uma série de incentivos para a iniciativa privada investir na produção. Com isso, a meta seria o crescimento do Produto Interno Bruto em, no mínimo, 5% ao ano.

O PAC prevê investimentos maciços em rodovias, ferrovias, portos, geração de energia, habitação, saneamento etc. Haverá uma grande participação das empresas estatais e dos bancos públicos nesses investimentos e espera-se atrair investimentos do setor produtivo através de incentivos tributários e financeiros. Portanto, não podemos nos colocar contra a esse tipo de programa que, logicamente, levará a uma melhoria da qualidade de vida do cidadão. Todavia, o que não foi propagado aos quatro ventos é que parte desse investimento, mais uma vez, será feito à custa do funcionalismo público. Dentre as medidas provisórias e projetos de lei enviados ao Congresso Nacional, encontra-se um projeto de lei complementar - PLP 01/07, que joga, equivocadamente, parte da conta para nós, funcionários públicos.

Este PLP modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal ao adicionar um novo limitador nos gastos com a folha de pagamento do funcionalismo. Com a aprovação do PLP, a folha de pagamento do governo não poderá crescer acima do IPCA de 12 meses encerrados em março do ano anterior, mais 1,5% pelos próximos dez anos. A título de exemplificação, a aplicação dessa lei, em 2007, limitaria o crescimento da folha em 6,9%. Esse percentual é muito próximo do chamado crescimento vegetativo da folha, ou seja, o crescimento devido a promoções funcionais. Isso significa o congelamento dos salários do funcionalismo público e, o que é pior, impedirá uma expansão dos serviços públicos.

Impedir a expansão dos serviços públicos é um contra-senso. Ao se buscar um crescimento do PIB, espera-se uma expansão dos serviços públicos. São necessários mais fiscais no Ibama, no INSS, na Receita Federal, nas agências reguladoras etc.

Se faz necessário também uma expansão das universidades e dos centros de pesquisa para um aumento da geração do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Não podemos esquecer também que a população brasileira cresce em média 1,4% ao ano e que isso, por si só, já demanda a expansão da máquina pública.

O PLP 01/07 tem também seu lado perverso com o funcionalismo público. Um crescimento de 5% no PIB significa um crescimento real de algo em torno de 3,6% na renda per capita do cidadão brasileiro, uma vez que o crescimento da população está por volta de 1,4%. Porém, este crescimento não será repassado ao funcionalismo, em face do limitador adicional incluído na Lei de Responsabilidade Fiscal. E isto é profundamente injusto conosco.

Já é hora de o funcionalismo público deixar de pagar o pato pelas ações do Governo.

Não! Desta vez, não iremos pagar nem o pato nem o PAC.

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito

10 Anos

Na NOSSACOOP você não é mais um. Você também é dono.

- Mais de 6.000 cooperados
- Entre as cinco maiores cooperativas de crédito de Minas Gerais
- Acesso aos terminas que operam com o Banco 24 Horas em todo o Brasil
- Apta a receber seus vencimentos
- Cartão de crédito e débito – sem taxa de adesão e mensalidades
- Cheque especial com juros de 2,5%, 3,5% e 4,5%
- Conta corrente sem taxa de manutenção
- Operações via internet
- Inédito programa de renda para complementação de aposentadoria
- Distribuição de R$ 1.300.000,00 entre os cooperados em 2007
- Empréstimos e aplicações com as melhores taxas
- Inteligente e vantajoso plano formador de patrimônio
- Seguros: vida, residencial e automóvel com ótimas condições
- Cônjuge, filhos e pais dos titulares também podem ser cooperados
- Agilidade e presteza no atendimento

Onde encontrar tudo isso?

No 2° andar da praça de serviços do campus UFMG ou em nossos pacs:

Novos Horizontes, Cefet, Campus Saúde, Fundação João Pinheiro e Unimontes

Fone: (31) 3492 8616

www.nossacoop.com.br

Jurídico

Pagamento da GED *aos docentes inativos e pensionistas*

Ítalo Souza Nicoliello e Flávia da Cunha Pinto Mesquita*

A Gratificação de Estímulo à Docência – GED foi criada em 1998 para remunerar os professores em função de seus desempenhos no ensino, na pesquisa e extensão. Assim, foi instituído um procedimento de avaliação destes profissionais, mediante a atribuição de pontos, sendo que, de acordo com a pontuação alcançada, corresponderia um benefício financeiro, pago sob a rubrica da GED. Já para os docentes aposentados ou que se aposentaram antes da ocorrência de duas avaliações, a gratificação foi paga em um montante fixo, correspondente a 60% da pontuação máxima permitida aos ativos.

Em 2004, houve uma modificação na estrutura de pontuação da GED, com a ampliação dos limites individuais máximos de pontuação - de 140 para 175 pontos e, bem assim, a pontuação conferida aos inativos, que passou de 60% da pontuação máxima, conferida aos ativos, para 91 pontos fixos. Simultaneamente, a GED paga aos ativos deixou de vincular-se ao resultado da avaliação e todos os docentes em atividade auferiram em outubro de 2004, retroativamente a maio do mesmo ano, as quantias remuneratórias correspondentes a 140 pontos, independente de avaliação.

Para os docentes inativos, no entanto, a gratificação continuou a ser paga em montante inferior àquele alcançado pelos ativos, tendo ocorrido apenas o aumento de 91 pontos na pontuação.

Tal situação é passível de ser corrigida perante o Judiciário, já que o fundamento para sustentar a diferença de pontuação existente entre ativos e inativos era a submissão daqueles a avaliações, o que não ocorre desde 2004. Assim, os docentes aposentados que recebem GED inferior aos 140 pontos e os pensionistas, cujos instituidores das pensões se enquadravam nessa situação, podem buscar judicialmente as diferenças entre o valor recebido a título de GED e aquele pago aos docentes da ativa.

Os interessados em propor essa ação deverão entrar em contato com a Apubh pelos telefones 3441-7211, na segunda e quarta-feira ou 3226-6991 às terças, quintas e sextas feiras.

* Assessores jurídicos da APUBH, integrantes do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados.

apubh Jornal

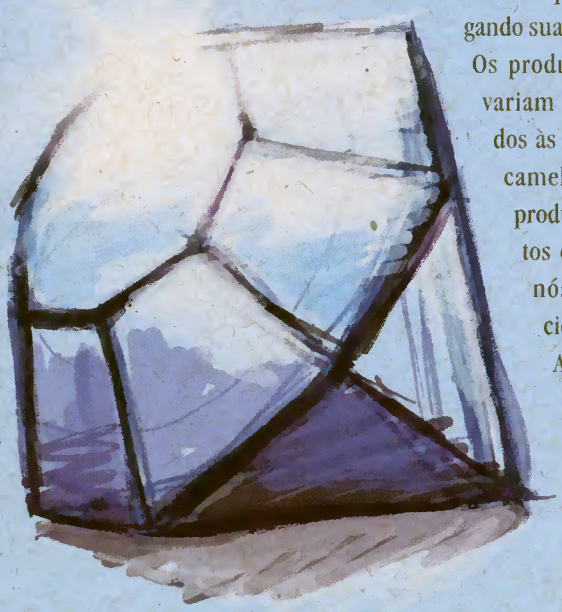
Pedra Azul, *jóia do Vale*

Armando Gil Magalhães Neves

Pedra Azul chamou-se, inicialmente, Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Boca da Caatinga. Depois, Fortaleza. O primeiro nome, além de longo e poético, fala de sua posição geográfica, no médio Jequitinhonha, próxima à fronteira com a Bahia. O segundo se refere a uma das belezas naturais do lugar, um belo conjunto de pedras de granito que rodeia a cidade. A denominação atual se deve às preciosas águas marinhas, que já foram ali abundantes.

A cidade foi cantada em 'Itamarandiba', bela canção de Milton Nascimento e Fernando Brant sobre o vale do Jequitinhonha - "Sonharás com Pedra Azul, viverás em Diamantina". E por falar em música, é terra natal de dois nomes importantes na MPB - Paulinho Pedra Azul e Saulo Laranjeira. Na área cultural, Pedra Azul conta ainda com um conjunto recentemente restaurado de construções do início do século XX. A cerâmica artesanal rústica típica do Jequitinhonha também pode ser encontrada lá.

Uma atração interessante é a feira livre, muito movimentada nos dias de sexta e sábado. São os dias em que a população pobre da zona rural vai à cidade para comprar seus mantimentos e vender suas produções. A cidade se enche de gente de todos os tipos, cada um envergando sua roupa mais bonita. Os produtos em exposição variam dos industrializados às quinquilharias dos camelôs, e passam por produtos agrícolas, muitos deles exóticos para nós, acostumados à cidade e ao Sudeste. Admirador desde a infância da feira de Pedra Azul, eu quis conhecer a maior feira livre do Brasil, a de Caruaru, Pernambuco. Em minha opinião, a diferença é só de tamanho: a de Pedra Azul é tão interessante quanto a de Caruaru. É um pouquinho do nordeste cá mesmo em Minas Gerais.



Nas décadas de 40 e 50, época da abundância das águas marinhas, Pedra Azul tornou-se pólo educacional na região, por iniciativa de um chefe político local, que construiu uma grande escola, um ginásio, e levou professores competentes de Belo Horizonte e outras cidades para lecionar. Como resultado, iam estudar no ginásio crianças de várias cidades vizinhas.

O mesmo coronel é personagem de uma história pitoresca que projetou sua cidade internacionalmente. Tendo descoberto uma jazida de águas marinhas, viajou ao Rio de Janeiro para requerer registro de sua lavra. Foi diretamente ao presidente da República, Getúlio Vargas. Na ante-sala do presidente, apresentou ao recepcionista seu cartão de visitas: uma belíssima água marinha, que presenteou ao chefe da nação. Quando da coroação de Elizabeth II na Inglaterra, em 1953, o governo brasileiro decidiu enviar como presente à rainha um colar de águas marinhas. Na ocasião, Assis Chateaubriand, embaixador do Brasil na Inglaterra, voltou a procurar o coronel pedrazulense, perguntando-lhe se ele não teria mais uma pedra para completar o colar. Ganhou a gema central deste e mais duas para os brincos. A rainha usa essas jóias em uma das fotos oficiais da época.

Para quem quiser conhecer a cidade, uma dica: Pedra Azul fica a 15 km da BR 116 com acesso asfaltado, aproximadamente na metade do caminho de quem vai de carro de Belo Horizonte para Salvador. Não há hotéis de luxo por lá, mas tem pinga da boa, o melhor queijo tipo parmesão das Gerais, carne de sol e gente simpática e acolhedora.

Remetente
Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Apubh
Rua Arthur Itabirano 70 – Pampulha – CEP 31.275-020
Belo Horizonte -MG